

“O MUNDO É DAS MULHERES” - HELONEIDA STUDART E O FEMINISMO NA REVISTA MANCHETE*

“THE WORLD’S WOMEN” - HELONEIDA STUDART AND FEMINISM IN HEADLINE MAGAZINE

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v18n1p103-115

Resumo

Heloneida Studart foi redatora da revista Manchete entre 1970 e 1978, período em que os movimentos pelos direitos das mulheres passaram a ter visibilidade, coincidindo com a afirmação do Movimento Feminista no Brasil e com o início da Década da Mulher (1976-1985). Sua militância aparece nos textos que redigiu, especialmente por ocasião de sua ida ao México para a cobertura da Conferência Mundial da Mulher, oportunidade que aproveita para expressar as ideias acerca da condição das mulheres e denunciar a opressão presente na sociedade. Este artigo se propõe a mostrar textos de Heloneida Studart que problematizam a perspectiva da cultura política, as relações de gênero e as lutas feministas. Investiga a articulação entre os modelos então prescritos para o feminino, as reivindicações de mulheres que emergiram na cena pública veiculadas na revista, aqui entendida como produtora de sentidos e disseminadora de imagens sobre o Brasil e seus movimentos, com foco no feminismo.

Palavras-chave: Feminismo. Revista Manchete. Heloneida Studart. Cultura Política. Relações de Gênero.

Abstract

Heloneida Studart worked as an editor for magazine Manchete between 1970 and 1978, during which movements for women’s rights became visible in Brazil. That period was also the worldwide Women’s Decade (1976-1985). This article analyses her activism through texts published in the magazine Manchete, especially on the World Conference of Women. There she expressed feminist concerns on different aspects of women’s oppression. From the perspectives of political culture, gender relations and feminist struggles, the article investigates prescribed gender roles and claims for political rights for women. The magazine itself is understood as both difusing and producing gender values.

Keywords: Feminism. Magazine Manchete. Heloneida Studart. Political Culture. Relationship.

* Projeto: Entre imagens e discursos: representações sobre mulheres e feminismos na Revista Manchete (1952 a 1985). UDESC, PIC. Agradeço a bolsista Milene Chagas de Souza nesta pesquisa.

Marlene de Fáveri

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do curso de graduação e do programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Membro do Laboratório de Relações de Gênero e Família – LABGEF/FAED/UDESC.

E-mail: mfaveri@terra.com.br.

Considerações iniciais

A personagem Heloneida Studart se confunde com a história do feminismo brasileiro. Sempre lembrada com respeito e admiração por sua forte militância nos diversos lugares por onde passou – quer junto ao movimento feminista, quer no parlamento, ou como jornalista –, foi incansável nas lutas contra a opressão sofrida pelas mulheres e na reivindicação dos direitos femininos. Há entrevistas por ela concedidas (NECKEL, 2008; STUDART, 1999), bem como artigos sobre ela e dela própria (CUNHA, 2008; ARAÚJO, 2008), que recuperam sua biografia, com destaque para sua militância política como feminista e como parlamentar. Também aparece citada em obras sobre a história do feminismo no Brasil. Este artigo tem por objetivo dar visibilidade à parte de sua trajetória como redatora de uma revista que marcou época no Brasil – a *Manchete* – e mostrar sua militância através de seus textos, especialmente na reportagem que realizou quando enviada especial para a cobertura da *I Conferência Mundial da Mulher*,¹ realizada no México, em 1975, época em que os movimentos em prol dos direitos feministas se afirmavam.

Da mesma forma, é uma contribuição para o entendimento de impressos como meios de comunicação midiáticos, constituintes de certa memória histórica e produtores de sentidos. Neste artigo, focalizo as mulheres e as relações de poder, compulsando escritos de Heloneida Studart na própria revista, observando situações que ainda nos perturbam e instigam a reflexão sobre este passado/presente como fator determinante dentro da experiência histórica que fez acontecer o feminismo no País. Situada num tempo presente, observo a década de 1970 “a partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos” (AREND, MACEDO, 2009: 202). Trata-se de um tempo em que as mudanças rápidas nos comportamentos eram veiculadas pelos meios de comunicação, alinhados às transformações na sociedade.

O que da década de 1970 ainda permanece em

¹ Observo que nas páginas da *Manchete*, como em entrevistas, Heloneida Studart cita por vezes o *Congresso Internacional*, ou a *Conferência Internacional*. Utilizo a nomenclatura oficial dos documentos e citações, ou seja, *Conferência Mundial da Mulher*.

nós? Em se tratando da cultura política perceptível nos textos de Heloneida, os temas de então continuam tão contemporâneos quanto neste momento em que você está lendo (e refletindo, imagino) sobre o que ela falaria se estivesse vivendo hoje. Ela, por certo, se indignaria face aos golpes que o feminismo vem recebendo com políticas conservadoras que retrocedem em algumas conquistas cruciais para a emancipação das mulheres, a exemplo da revogação da Portaria nº 415, de 21 de maio de 2014² – grande retrocesso para a saúde reprodutiva de brasileiras –, e se engajaria nesta luta ainda com mais coragem e brio. As ideias acerca do feminismo veiculadas nas páginas *Manchete* enunciam certa cultura política, problematizada nas relações de gênero e nas lutas feministas, porque articulam modelos prescritos e representações do feminino toda vez que na cena pública emergiam reivindicações de mulheres e eram veiculadas na revista.

A revista *Manchete*³ constituiu um dos mais importantes impressos que circularam durante toda a segunda metade do século XX. De 1952 a 2000⁴, registrou e comentou os grandes acontecimentos nacionais e internacionais e nos proporciona, ainda hoje, olhares que apontam para as memórias sociais e a cultura política do País. Permite-nos, também, perceber as representações sobre o Brasil contemporâneo que sobrevivem em suas páginas.

Parto da perspectiva de que ler um impresso de forma aleatória é diferente de categorizá-lo como fonte histórica, e requer um cuidado teórico/metodológico adequado. O impresso–fotografismo–, do qual investigo a forma de linguagem e o cuidadoso aspecto visual,

² Portaria que visava a regulamentar o serviço de aborto legal no Sistema Único de Saúde em casos de estupro, risco de vida para a mulher devido à gestação de alto risco e à interrupção de gestação de anencéfalo, aumentando para isso repasses financeiros de custeio aos hospitais.

³ Criada por Adolpho Bloch, foi considerada a segunda maior revista brasileira da época, atrás apenas da revista *O Cruzeiro*, tendo na equipe de jornalistas, no seu auge, nomes como Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Fernando Sabino, David Nasser e a jornalista feminista Heloneida Studart. Entre as décadas de 1950 e 1970, foi a principal revista do País, à frente de *O Cruzeiro* e *Veja*, que hoje é outro fenômeno editorial, com circulação de mais de 1 milhão de exemplares.

⁴ “A última edição, de número 2.519, circulou em 26 de julho de 2000 e trouxe o ator Reynaldo Gianecchini na capa. O número seguinte chegou a ser preparado pela redação, mas, com a agonia da empresa, não passou de uma edição virtual, figurando apenas nos computadores dos jornalistas. E são as imagens dessa derrocada de um grande império que ilustram os últimos capítulos do livro” (BRASIL, 2008, s/p).

chama a atenção dos leitores. Em suas páginas ficaram as imagens de um país que se transformava em ritmo acelerado, quando a modernização se acentuava e ditava os rumos da economia, da política e dos comportamentos das pessoas, como observaram João Manoel Cardoso de Melo e Fernando Novais (1998). Há alguns trabalhos pontuais, como o da socióloga Maria Celeste Mira, que aborda a consolidação do mercado da Editora Abril, referindo-se à *Manchete* como a uma revista ilustrada que marcou época por suas características (MIRA, 1997: 129). Outros a analisaram na perspectiva de suas ligações com o regime militar. Segundo tais estudiosos, a publicação “se manteve sempre do lado daqueles que detinham as cartas do jogo político e econômico do País”, transformando-se em “cortesã do poder, adaptando-se, de forma extremamente flexível, aos interesses e às cores ideológicas dos diversos governos que se sucederam a partir dos anos 50” (PADUA, 2013: 221), optando por compartilhar do projeto político e econômico do regime militar. Pode-se situar a *Manchete* como uma revista que dialogava com os partidos políticos e mantinha-se parcial, dirigida às mesmas camadas médias da população que, em sua maioria, também cortejavam o poder.

A imprensa é um importante veículo de informação e formação de opinião. Seus impressos produzem representações do mundo social que, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990: 17). Desta forma, não são discursos neutros; são portadores de uma cultura política e produzem estratégias e práticas sociais com o propósito de conscientizar e gerar opiniões. Entendo que “a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERNSTEIN, 1998: 252-253). Assim, a revista *Manchete* representa um rico campo de análises para a compreensão histórica, constituindo-se num impresso que estava em cena e articulava visões dos fenômenos sociais.

Com estas considerações, foco os discursos de Heloneida Studart que aparecem nesse periódico, especialmente sua cobertura da *I Conferência Mundial da Mulher*, em 1975. Compreendo o movimento feminista como um espaço para ações políticas e lutas em favor dos direitos das mulheres e como um movimento plural que as

reconhece como um grupo oprimido, com reivindicações específicas e a percepção de que as relações de poder e gênero não são naturais, mas construídas pela cultura, portanto passíveis de alteração. A categoria gênero é compreendida no aspecto relacional entre homens e mulheres; mas não só, pois estas relações não são apenas binárias. Culturalmente construídas, não são inscritas na natureza, mas envolvidas em relações de poder, disputas e tensões. Conforme explicita Joan Scott, “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro elemento a dar significado às relações de poder” (1990: 15); portanto, campo de forças sociais de relações desiguais entre homens e mulheres.

As representações sobre mulheres e ideias acerca do feminismo contidas nos textos de Heloneida Studart fazem parte de uma cultura política que produz sentidos e forma imaginários. Quando ela ingressou na revista *Manchete*, a editoria era composta quase que exclusivamente por homens; posso inferir que havia competição nas relações de poder e gênero.

Na época em que Heloneida escrevia seus artigos e comentários, modelos prescritos para o feminino e para o masculino estavam sendo questionados. As reivindicações que se manifestavam na cena pública articulavam as narrativas sobre a crescente visibilidade das mulheres e suas lutas contra a violência e os preconceitos. Abria-se o debate acerca dos ditos ‘papéis femininos’ tradicionais e as novas subjetividades. Acontecimentos e temas como a aprovação da lei do divórcio; a afirmação do movimento feminista; o assassinato de Ângela Diniz; a contracultura; o aborto; a contestação de normas e modos de vida; a denúncia da opressão sobre as mulheres; a popularização da pílula anticoncepcional, dentre outros, são temas presentes em reportagens da *Manchete*.

Joana Maria Pedro mostra que no Brasil houve “disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no País entre 1964 e 1985” (PEDRO, 2006: s/p). Por definição da Organização das Nações Unidas – ONU –, o ano de 1975 foi designado Ano Internacional da Mulher e do início da Década da Mulher, o que coincidiu, no Brasil, com o período da ditadura civil-militar. Foi neste contexto de lutas pelo fim desse regime que se organizaram grupos de reflexão,

incentivados pela decretação do Ano Internacional da Mulher, considerado “como um espaço autorizado para fortalecer a luta contra a ditadura e, portanto, para os partidos clandestinos, uma possibilidade de reuniões e atuação sob a proteção da ONU, sem que se sentissem ameaçados pela repressão” (Idem). Em meio a estes acontecimentos, Heloneida Studart se fez porta-voz de denúncias sobre a condição das mulheres.

“E quem é esta mulher que se propunha a falar da condição feminina, do seu corpo, de maneira tão incisiva e sem muitos rodeios?”, pergunta-se Cecília Cunha. Quem era esta mulher, “que insultava as mulheres para que repensassem as suas vidas além do universo doméstico e pudessem construir a sua própria trajetória além do espaço doméstico?” (CUNHA, 2008: 271) Heloneida nasceu em 1925, no Ceará, no seio de uma família tradicional da elite da capital, e passou a frequentar o Colégio Imaculada Conceição, de Fortaleza, num ambiente de recato, como se exigia das mulheres das famílias mais abastadas da época. Muito jovem, passou a colaborar, com textos, com o jornal *O Nordeste*, porta-voz oficioso da Igreja Católica. Mais tarde, escreveu vários romances.⁵ Sem o conhecimento da família, prestou concurso no Ministério da Fazenda, indo trabalhar no espaço público. Isto desgostou sua família, especialmente a mãe, que não aprovava o fato de sua filha ser “mulher que trabalha fora”, motivo de desonra para as mulheres segundo os padrões da época. Observo que, logo que se entendeu como mulher naquela sociedade na década de 1940, transgrediu normas do costume, conforme seu relato:

[...] crescendo em uma família muito tradicional, muito conservadora, a família do Barão de Studart; eu vi que as mulheres viviam sempre uma frase – “Mulher não tem querer” – e que todas as mulheres eram preparadas para se tornarem esposas aos 18 anos, aos 17, sem irem para a faculdade, sem trabalharem fora, e passando do governo do pai para o governo do marido. Então, aos 12 anos, eu já tinha decidido que esse não seria o meu destino, e eu dizia isso seguido nas rodas da família, e as pessoas ficavam bastante escandalizadas,

5 Sua estreia com um texto de maior fôlego aconteceu em 1953, com a publicação do romance *A primeira pedra*; em 1957, seu segundo romance, *Dize-me o teu nome*, obteve grande sucesso de público, e recebeu o prêmio da Academia Brasileira de Letras e o Prêmio Orlando Dantas, do jornal *Diário de Notícias*.

bastante chocadas. Quando eu tinha 16 anos fui para o interior, de carona, e arranjei uma certidão de idade aumentada para 21 anos... [...] Saí de Fortaleza e fui para Aracurais, cidade do interior, onde o meu avô era grande proprietário e consegui uma certidão dizendo que tinha 21 anos. Com essa certidão, eu fiz um concurso público e passei. Fui, assim, a primeira mulher da minha família a trabalhar fora, para grande consternação das minhas tias (NECKEL, 2008: 266).

Esta narrativa mostra o desejo de romper com os padrões que confinavam as mulheres ao espaço privado, doméstico, diferente dos homens, aos quais eram reservados o espaço público e o governo das mulheres. Em resposta à pergunta “como é que você se tornou feminista?”, ela rememorou seus seis anos de idade, no Ceará, quando, “ao passarmos por um botequim, eu vi na parede um cartaz que até hoje não me sai dos olhos, onde estava escrito: “Mulher aqui só diz três coisas: ‘Entra, menino’, ‘Xô, galinha’, e ‘Sim, senhor’”. Esse “Sim, senhor” me marcou profundamente.” Disse ter ficado incomodada com o que considerou “absurdo que o destino de uma mulher fosse dizer “Sim, senhor”” (NECKEL, 2008: 266). Escolheu seu destino, e fez história. No início dos anos de 1950, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou Ciências Sociais pela Universidade do Brasil; em 1960, passou a trabalhar no jornal *Correio da Manhã* e também no Serviço Social da Indústria (Sesi), onde dirigiu uma biblioteca ambulante junto aos operários, participando das lutas sindicais,⁶ vindo a ser detida em função do AI5 por fazer oposição ao regime militar, em 1969, o que provocou sua demissão do Sesi. Ao sair da prisão, encontrou o historiador Raimundo Magalhães Júnior, que a apresentou a Justino Martins, diretor da *Manchete*. No teste, foi desafiada pelo diretor da revista, como narrou:

Ele disse: “Eu quero fazer um encarte de 25 páginas para a revista *Desfile sobre mãos*” - ele tinha visto uma matéria assim na *Paris Match*. “Desde a mão do macaco até a mão do Rubinstein. Quero que ela me prepare isso.” Fui para a biblioteca, fiz uma pesquisa,

6 Ao envolver-se com a classe operária, participou na fundação do Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional do Município do Rio de Janeiro (Senalba); com o golpe de 1964, o sindicato foi perseguido e, anos depois, fechado.

escrevi o encarte na minha maquinazinha Olivetti. Justino leu, olhou para mim com aquela cara dele muito impassível e disse: “Sente ali naquela mesa. De onde não sairá nunca mais!” (STUDART, 1999: s/p).

É nestas circunstâncias que Heloneida ingressa na *Manchete* e passa a fazer parte de seu corpo editorial. Com voz autorizada, colabora com a imprensa carioca, como a *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *O Pasquim*, dentre outros periódicos. Ficou conhecida também por sua participação nos debates da TV, como o “Sem Censura”, da TV Educativa, por seu programa de rádio, atuando como jornalista, e como redatora do programa de Cidinha Campos, na rádio Manchete. Em conjunto com Rose Marie Muraro,⁷ escreveu o roteiro da peça teatral *Homem não entra*, texto de forte teor marxista, levado aos palcos de várias cidades brasileiras pelos cinco anos seguintes, representando um marco do teatro brasileiro nos anos 1970, pela defesa de bandeiras relativas ao avanço e à promoção das mulheres. Este texto mexeu com “as mentes femininas que lotavam os teatros para discutir as mais diversas questões que emergiam a partir do monólogo” (CUNHA, 2008: 273), adequando-se a discussões mais globais acerca da emancipação feminina.

Em 1974, a convite da Editora Vozes, Heloneida publicou o livro intitulado *Mulher: objeto de cama e mesa*⁸, que se tornou leitura obrigatória para as mulheres que estavam nas redes feministas da época. Este pequeno livro (53 páginas), causou impacto pelo forte teor de denúncia, composto de textos concisos, frases fortes e chocantes para a época. Tornou-se um sucesso editorial ao longo dos anos e, segundo a própria Heloneida, a publicação “[...] caiu que nem uma bomba. Foi adotado em não sei quantas universidades. Já vendeu mais de 260 mil exemplares.

7 Rose Marie Muraro (1930-2014), intelectual, feminista, escritora, presente nos movimentos mais importantes do século XX e XXI acerca dos direitos das mulheres, na denúncia da opressão e dos preconceitos, transformou-se em um ícone das lutas feministas. Escreveu, dentre outras, a obra *Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil* (1996), pesquisa de campo em vários estados da Federação, analisando a vivência da sexualidade, tendo em conta a situação de classe das mulheres, até então ausente do discurso psicanalítico. Inovou com perspectiva teórica para entender a vivência da sexualidade e do corpo consoante às classes sociais.

8 Carlos Heitor Cony, nº 8 de março de 1975, na seção Livros, publica pequena resenha, enfatizando a sua importância, positiva o tema e acredita que “são os homens os que mais aprenderão com o livro” (MANCHETE, 8-mar. 1975, p. 101). Atualmente, o livro está na 29ª edição, fonte preciosa para os estudos feministas e de gênero.

Nunca mexi nele, está como era” (STUDART, 1999: s/p).

A publicação de Heloneida Studart marcou época, porque fazia disseminar informações ao alcance mais geral. Pretendia doutrinar mulheres, fossem as que estivessem se inserindo no mercado de trabalho educacional, as normalistas e estudantes, fossem as mulheres proletárias, denunciando a alienação feminina da classe média. Alertando para os males que atrofiavam a “inteligência feminina em prol da manutenção da família patriarcal”, Heloneida usa um tom forte, e até mesmo pejorativo, ao “descrever o tradicional universo feminino, considerado por ela obtuso, cerceador da inteligência, reducionista, infantilizado, estúpido” (TRIZOLI, 2011: s/p). O debate acerca de produções feministas no Brasil, as autorias, editoras e redes de publicações, acadêmicas ou não, constituíram assunto de um dossiê da *Revista de Estudos Feministas*, intitulado “Publicações feministas brasileiras: compartilhando experiências”, em 2003. Num artigo deste dossiê, Rosalina Leite mostra a efervescência da militância feminista dos anos de 1970, a qual se voltara para a imprensa alternativa, como os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, instrumentos de divulgação de coletivos das mulheres organizadas. Nestes jornais, a aproximação do feminismo com a política e as lutas pela emancipação das mulheres, bem como por anistia, direitos da mulher, trabalho ou contra a violência doméstica davam vigor aos discursos (LEITE, 2003). Esta é a década em que Heloneida Studart escreve na *Manchete* e publica seu livro militante, em consonância, portanto, com as lutas feministas em suas diferentes possibilidades.

A I Conferência Mundial sobre a Mulher no relato de Heloneida Studart

A sintonia de Heloneida com as causas femininas lhe oportunizou a realização de reportagens. Foi a enviada especial da revista *Manchete* para fazer a cobertura da *I Conferência Mundial sobre a Mulher*, ocorrida de 16 de junho a 2 de julho de 1975, na cidade do México, com o lema: “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, patrocinada pela ONU⁹. Esta *conferência* aprovou um plano de ação

9 Seguiram-se a *II Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, Copenhague, Dinamarca; a *III Conferência Mundial sobre a Década da Mulher*, Nairobi, Quênia, de 15 a 26 de julho de 1985, e a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz*, Pequim, China, de 4 a 15 de

e proclamou 1976-1985 como a Década da Mulher. Foi assistida por 14 mil representantes de 113 países; dentre estas, delegadas de todos os continentes, e organizações não-governamentais. Foram debatidos três temas centrais: igualdade entre os sexos; integração da mulher no desenvolvimento e promoção da paz. Este foi um acontecimento inédito na luta pelos direitos da mulher e consolidou novas organizações, como o Centro da Tribuna Internacional da Mulher, o Instituto Internacional de Fundo Voluntário para a Mulher das Nações Unidas.

Com o título “O mundo é das Mulheres”, Heloneida detalha o acontecimento na revista *Manchete*, na data de 5 de julho de 1975, em quatro páginas. A imagem que abre a reportagem mostra o plenário instalado no Ginásio Juan de La Barrera, onde aparecem delegações em suas tribunas, como se vê na figura 1.



Figura 1: Revista *Manchete*, 5 jul. 1975, p. 10B, 10C.

A imagem, selecionada para causar impacto nos leitores e leitoras, impressiona pela grandiosidade, proporcionando, ao mesmo tempo, uma sensação de presença e movimento. A fotografia é uma imagem que contém uma determinada linguagem e pode ser “interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionados culturalmente” (MAUAD, 1996: 7). Ao lado, fotografias de Valentina Tereshkova, astronauta soviética e delegada de seu país; Luis Echeverria, presidente do México, acompanhado de Kurt Waldheim, Secretário Geral da ONU; Gloria Steinem, jornalista

setembro de 1995. A esta última compareceram mais de 180 países e cerca de 35.000 pessoas.

dos Estados Unidos, célebre por seu engajamento com o feminismo e atuação como escritora e palestrante (acusada na reunião de ter colaborado com a CIA); a sra. Kunamei, delegada da Serra Leoa, em seus trajes típicos.

No editorial deste número, o editor Roberto Muggiati cita que, numa entrevista à *Manchete*, o comentarista americano James Reston¹⁰ “se queixa que o mundo está sem liderança”, insinuando, ao apresentar a reportagem de Heloneida Studart sobre a *Conferência Mundial da Mulher* (*MANCHETE*, 5 jul. 1975: 3), que talvez os homens estivessem cansados da política, e sugere que, “ao contrário das mulheres, que não só politizaram incrivelmente nos últimos anos, como estão dispostas a mudar a face do mundo, à sua maneira”. Noto que, embora numa única frase, Muggiati usa o artifício textual juntando duas reportagens para suscitar a leitura e provocar polêmica.

O texto de Heloneida é um relato dos acontecimentos e das representações da conferência, das falas, das manifestações e tensões que permearam o evento, especialmente dos grupos de mulheres que causaram “tumulto” por não conseguirem credenciais para o evento. Inicia com a frase polêmica de Luis Echeverria, presidente do México, na conferência de abertura, ao dizer que “A mulher é a grande reserva revolucionária do mundo”, recorrendo a uma linguagem que permeava os movimentos revolucionários da América Latina. Segundo Heloneida, esta frase teria causado mal-estar junto a algumas delegadas, que queriam “evitar que a revolução feminina tomasse o rumo da revolução mexicana”, tornando-a uma “burocracia política institucionalizada”. O texto inicial reporta-se principalmente às diferenças entre mulheres “do Terceiro Mundo” e do “Primeiro Mundo”, designações em voga na década de 1970 para distinguir ricos de pobres, com sentido de denúncia da exploração de países ricos sobre países pobres. Eric Hobsbawm analisa os anos de 1970 como o início do que chamou de “Décadas da Crise”, percebida como aumento da desigualdade, de uma economia de mercado impotente para resolver os problemas cruciais com origem na explosão demográfica mundial, especialmente nos países pobres, e no capitalismo que reinava absoluto, aliado a

¹⁰ James Reston, influente jornalista, repórter de ideias da *New York Times* desde 1955, nesta entrevista enfatiza que “O mundo está sem lideranças”, detalhando as tensões de bastidores nos governos e na política mundial (*MANCHETE*, 5 jul. 1975, pp. 26-27).

tecnologia e a desemprego (HOBSBAWM, 1995).

Nas páginas seguintes, o teor é mais textual, abrindo com a frase: “As mulheres do Terceiro Mundo querem escolas, alimentos e planos de saúde”. Aparecem algumas imagens das delegadas Lea Rabin, esposa do Primeiro Ministro de Israel, e Jyhan el Sadat, primeira ministra do Egito. Também estão em destaque Imelda Marcos, esposa do presidente das Filipinas, Li Su-wen, da delegação chinesa, e Betty Friedan, feminista norte-americana, como vemos na imagem (Figura 2).



Figura 2: Revista Manchete, 5 jul. 1975, p. 10D e 11.

“As ‘oprimidas’ invadiram a bela capital do México, transformando-a numa espécie de planeta feminino”. Com suas roupas típicas, circulavam pela cidade, onde, na maioria dos edifícios, imensos anúncios luminosos saudavam o Ano Internacional da Mulher, no relato de Heloneida, evidenciando que “as contradições entre as situações dessas mulheres são flagrantes”. No texto, Heloneida dá destaque a Gloria Steinen, citando sua fala: “Não é verdade que o feminismo seja um invenção norte-americana. E se fosse, seria a única coisa boa que os Estados Unidos exportaram para o mundo”. Segundo a feminista estado-unidense, “o feminismo é apenas uma forma de humanismo”. Steinen reforça pautas do feminismo ao dizer que “somos contra a discriminação contra as mulheres, como somos contra a discriminação das minorias raciais e o sofrimento dos povos subjugados. Com a diferença que as mulheres não têm, sequer, um território próprio”. Avalio, neste destaque, o propósito de mostrar o quanto mulheres dos Estados Unidos estavam incomodadas com a opulência econômica de seu país, mas

alijadas de voz – “Eles nunca deixam os pobres falar” – e de acesso aos benefícios, ou seja, ali havia “problemas iguais aos das mulheres do Terceiro Mundo”. Patricia Hutar, chefe da delegação estado-unidense, também foi motivo de manifestação organizada por mulheres negras e descendentes de mexicanas, também estado-unidenses, diante da Embaixada dos Estados Unidos. Elas desejavam ser incluídas na delegação e declaravam que em seu país, “onde se concentra mais da metade da riqueza mundial, também existem mulheres com problemas de saúde, alimentos e escola”. Nesse sentido, Beverly Manley, esposa do primeiro ministro da Jamaica, declarou: “Eu não gosto da palavra oprimida. Mas é esta a situação das trabalhadoras dos campos e das fábricas do meu país”.

Percebo que Heloneida pretendia oferecer um panorama mais abrangente aos acontecimentos no evento, e enunciava que “não foi possível evitar que os conflitos nacionais se projetassem na Conferência”, mostrando tensões entre Israel, cuja delegada “tentou estabelecer um diálogo com a esposa do presidente do Egito”, mas não teve acolhida. Houve, entretanto, consenso de que “seria impossível falar da libertação feminina sem paz”¹¹. Relata, também, a presença de mulheres cubanas, nas palavras de uma ex-guerrilheira da Sierra Maestra, para quem “a mulher burguesa está decadente e se encontra tão doente quanto o resto da sociedade de classes”.

Segundo Heloneida, uma das presenças mais curiosas da conferência foi a de Betsy Wilches, líder da Associação Cristã Feminina da Colômbia, cujo relato aparece na página:

Na Igreja Anglicana, é tal a discriminação que os homens rezam, agradecem a Deus por não terem nascido mulheres. Há uma oração especial para isso. Na Igreja Católica, nós sabemos que as mulheres ocupam cargos subalternos. As monjas vivem em situação de permanente menoridade. Nas missas, as mulheres cantam no coro e recolhem esmolas, enquanto o padre celebra a cerimônia. Afinal de contas, Cristo veio para libertar a todos: homens e mulheres (MANCHETE, 5 jul. 1975: 11).

11 Referências às guerras que envolveram Israel contra o Egito, a Jordânia e a Síria, aos ataques terroristas e retaliações que, desde 1959, com a criação do Al Fatah, não cessavam.

Desta narrativa, que parece curiosa a Heloneida, depreendo a militância também de mulheres ligadas a diferentes religiões. Na década de 1970, na América Latina, a Teologia da Libertação, por sua opção pelos pobres e pelo compromisso prático com a transformação social, levou mulheres a participar e a tomar consciência da liberdade. As décadas de 1960 a 1980 foram marcadas pela grande mobilização das mulheres nas lutas pelos direitos civis, tanto nos meios urbanos quanto rurais, oportunizando-lhes participação e reivindicações específicas (ROSADO NUNES, 2000).

Paralelamente ao evento oficial, acontecia a *Tribuna Internacional*, da qual participavam organizações feministas “não oficiais, algumas bastante radicais”, como Betty Friedan. Nesta Tribuna, em “ambiente bem mais agitado”, segundo a percepção de Heloneida, estavam presentes Isabel Allende (chilena), e outras representantes de varias partes do mundo, várias delas descontentes com o aspecto formal da *Conferência* e por não terem recebido credenciais, como fez uma indiana, que, sacudindo sua sandália bordada, disse: “Nesse sapato, a artesã faz tudo; o homem apenas prega a sola e ganha o dobro. As artesãs têm que falar aqui e agora”. Algumas africanas prepararam um documento “a parte para mostrar que o Congresso não deu suficiente oportunidade às mulheres do Terceiro Mundo de expressarem suas reivindicações”. As mexicanas, por sua vez, reclamavam a pouca participação na *conferência*. As chinesas:

[...] a delegação mais numerosa, estavam vestidas em roupas iguais às dos homens e se recusavam a falar antes do pronunciamento oficial de Li Su-wem, chefe da delegação. Nenhuma conduzia o livro de Mao, mas já se sabia o que iriam dizer: ‘A libertação da mulher e a do homem são as duas faces da mesma medalha’ (MANCHETE, 5 jul. 1975: 11).

Observo que as reivindicações apontadas por Heloneida, colhidas durante o evento, são, na quase totalidade, de mulheres delegadas da África, da Ásia e da América Latina. Não tenho como saber quantas de cada continente estavam presentes dentre as 14 mil participantes; entretanto, presumo que as nacionalidades apontadas pela jornalista eram a maioria. A referência a Mao Tse-Tung, chefe político que havia liderado a revolução cultural na China entre 1966 e 1976, tornado

este país comunista, reinando com poder absoluto durante décadas, tem uma certa ironia, dada a forma ditatorial como conduzia aquele país.

A página destaca, em coluna específica, o título: “Betty Friedan acha que o programa do feminismo é um problema político e o modelo tecnocrata marginaliza a mulher. Rica ou pobre”. Heloneida reproduz várias falas dessa feminista (1921-2006), uma das fundadoras da *National Organization of Woman – NOW* –, criada em outubro de 1966, em Washington, por meio da qual denunciava as ideias sexistas, o consumismo que convertia as mulheres em objetos, bem como costumes e preconceitos existentes na sociedade (DUARTE, 2006). Autora do livro *Mística feminina* (1963, lançado no Brasil em 1971), Friedan denunciava o “mal sem nome” que acometia mulheres, em especial as casadas, trancafiadas no espaço privado e destinadas ao lar, nas décadas de 1950 e 1960, tornando-se uma referência para os estudos feministas.

Neste evento paralelo, Betty Friedan apresentou suas ideias, reproduzidas por Heloneida na reportagem:

A NOW é hoje um movimento que mais cresce nos Estados Unidos. Transformou-se naquilo que eu sempre quis que fosse: um movimento político. A favor das liberdades, pois na vigência destas as organizações feministas podem reivindicar. Contra o fascismo, que é o regime onde as mulheres são oprimidas como cidadãs e oprimidas como mulheres. Contra as discriminações sociais, os ódios religiosos, as ditaduras. Não existe problema no mundo que não seja político; e o das mulheres ainda mais do que os outros (MANCHETE, 5 jul. 1975: 10D).

O destaque para os pronunciamentos de Betty Friedan mostra a importância da feminista naquela década, cuja militância era conhecida no Brasil através da imprensa e da publicação do próprio livro, em 1971, ano em que esteve no país para seu lançamento e concedeu entrevistas a jornalistas brasileiros, causando polêmica.¹² Para Friedan, “africanas, asiáticas e latino-americanas estão lutando por sobrevivência. Por instalações sanitárias,

¹² Entrevista por Millôr Fernandes e outros articulistas do *Pasquim*, todos antifeministas; eles a ridicularizavam e distorciam os fatos. Carmen da Silva, editora da revista *Claudia*, escreve, em sua defesa, na coluna ‘A arte de ser mulher’, em julho de 1971.

por alimentos, por escolas”; elas “querem se integrar ao esforço de desenvolvimento de seus países, mas têm que verificar também que modelo de desenvolvimento é este. Porque se for o capitalismo, pior para as mulheres. O capitalismo explora a mulher em qualquer nível”. Denuncia a *Central Intelligence Agency* – CIA – e sua tática de “infiltrar elementos nos movimentos mais válidos. Num congresso como este, por exemplo”. Heloneida ainda resume alguns tópicos da fala de Friedan, destacando a opinião da palestrante acerca da família: “A família não será a abolida. Apenas evoluirá”. Acerca do desenvolvimento tecnológico, numa crítica direta ao capitalismo: “A tecnologia e o progresso não podem ser um fim em si. Do que valem os computadores para as minorias raciais e os desempregados?” Em resposta a uma feminista tcheca, disse:

Você dirá que, em sua pátria, as mulheres têm os mesmos direitos e os salários dos homens e eu sei que é verdade. Mas pergunto: quem lava os pratos? É claro que as mulheres. Já para as nossas amigas do Terceiro Mundo, a situação é mais dura: é preciso que lutem para que haja pratos para lavar. (*MANCHETE*, 5 jul. 1975: 11)

Críticas ao sistema capitalista eram recorrentes nas décadas de 1960 e 1970. Betty Friedan compartilhava das ideias marxistas, que reuniam grupos de esquerda que pretendiam a emancipação da classe operária por meio da socialização dos meios de produção. Fala com voz autorizada, como legítima representante do feminismo, reconhecida e ouvida.

Heloneida dá ênfase a estas ideias. Seu texto é perpassado pelo pensamento feminista da época, que resumia a exclusão do Terceiro Mundo e subordinava seus países ao Primeiro Mundo, os quais intervinham na esfera econômica, política, cultural, a exemplo das ditaduras latino-americanas. Estas críticas faziam das mulheres duplamente vítimas: do sistema econômico e da opressão masculina, causas da desigualdade. Na década de 1970, as contradições do sistema capitalista aparecem com força e incidem nas mais diversas instâncias da vida social; as transformações econômicas e o capitalismo global afunilam o fosso entre pobres e ricos, provocando exclusões aviltantes. As mulheres, na sua grande maioria, vivendo sob os domínios de um sistema patriarcal e machista, passam a ter visibilidade através

dos movimentos feministas, e contestam. Evidentemente, algumas se destacam com voz autorizada: as feministas. As contestações que aparecem no texto de Heloneida acerca do anti-americanismo do norte, como faz Betty Friedan, denunciando o serviço de inteligência americano, estão na pauta da tomada de consciência deste fosso que excluía populações e países. As mulheres eram as que mais sentiam.

Observo que Heloneida cita os problemas vividos pelas mulheres de vários continentes; Entretanto, não faz, sobre a situação vivenciada pelas mulheres no Brasil, comentários similares e gritantes, e sequer nomeia as delegadas brasileiras. Percebo que intenciona dar visibilidade à diversidade étnica, racial, cultural e de classe das mulheres presentes na *conferência*, a suas reivindicações mais específicas e às disputas de poder que presenciou nos bastidores do evento. Não tenho como saber se o pouco espaço dado a esta reportagem especial (apenas quatro páginas) provocou cortes no texto, ou se a censura teria vetado falas mais específicas sobre o Brasil. A reportagem de Heloneida por ocasião da declaração do Ano Internacional da Mulher, na *Manchete* de janeiro de 1975, mostrava possíveis mudanças e destacava problemas brasileiros. Já nesta reportagem sobressai certo pessimismo, apontando o sexismo presente na diferentes culturas, as desigualdades, a exclusão nas decisões e a exploração sofrida pelas mulheres no processo produtivo. Esta reportagem, embora não cite entre as questões específicas o Brasil, dá visibilidade aos problemas que perpassavam as experiências de mulheres, a suas reivindicações, culturas e mundos diversos, especialmente as mais pobres e do Terceiro Mundo. Os problemas *da mulher* é que ganhariam notoriedade como categoria de identificação que as unia. Joana Maria Pedro mostra que as categorias mulher, mulheres e, posteriormente, gênero, têm histórico. Na década de 1970, o feminismo de ‘segunda onda’ estava questionando que o universal, na sociedade, era masculino, não incluindo as questões específicas “da mulher”, e em torno delas pautavam-se reivindicações (PEDRO, 2005: 82). Ao destacar diferentes mulheres, de etnias, raças, classes, culturalmente diversas, Heloneida mostra que não havia uma *mulher*, mas mulheres com diferenças entre si e, principalmente, pautas específicas, embora não fizesse referência a nenhum debate sobre diferença e desigualdade/igualdade. Segundo Pedro:

Convém destacar que, independente de usar a categoria “mulher” ou “mulheres”, a grande questão que todas queriam responder, e que buscavam em várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina nas mais diferentes formas e nos mais diferentes graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade das mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam (PEDRO, 2005: 83).

A experiência de Heloneida no México foi relatada a Roselane Neckel numa entrevista realizada em 2005:

Em todos os lugares em que eu escrevia, a minha temática geral era a questão da mulher, e assim fui mandada pela revista *Manchete* para cobrir o Congresso Internacional da Mulher, no México, em 1975. O que eu me lembro de tudo que vi lá, de tudo que li, era que todas as mulheres, quer chinesas, quer européias, quer americanas, todas as mulheres sentiam bem esta dificuldade da relação com o homem, a opressão dessa relação. Então voltei do México com um poncho e com a decisão de fundar uma organização feminista. Eu me reuni com Moema Toscano, Anita Bach, Santinha, Branca Moreira Lopes, Rose Marie Muraro, e outras que nós chamamos as “feministas dinossauras”, e fundamos o Centro da Mulher Brasileira, onde o movimento começou a se irradiar e assim foi ganhando força... (NECKEL, 2008: 268).

A constatação de Heloneida de que mulheres de várias partes do mundo tinham os mesmos problemas e dificuldades que as brasileiras pode ser avaliada como um divisor de águas para o movimento feminista no Brasil, oportunizando a fundação da primeira entidade feminista, motivada pela percepção clara de que a opressão vivida no país pelas mulheres era a mesma das outras mulheres: queixas em relação à opressão, ao machismo e à discriminação se assemelhavam. No México, Heloneida encontra as amigas brasileiras, Branca Moreira Alves, Rose Marie Muraro e Moema Toscano, todas feministas militantes da época, as quais, estimuladas pelas discussões do evento, fundaram a primeira entidade feminista no Brasil: o Centro da Mulher Brasileira – CMB –, em 14 de

julho de 1975, no mesmo mês de retorno da *conferência*, “com propósitos de ser um espaço de reflexão, pesquisa e análise da condição da mulher brasileira” (CUNHA, 2008: 272).

Com a publicação da reportagem numa narrativa detalhista, ao dar voz às mulheres delegadas, bem como a outras participantes, Heloneida Studart estava veiculando em nível nacional as ideias e reivindicações específicas das mulheres, notadamente formando imaginários junto aos leitores e às leitoras da revista *Manchete*. Isto, por certo, provocava discussões e representações sobre a condição feminina naquele período, na medida em que atuava na imprensa e representava voz autorizada na divulgação do feminismo, que se configurava como um dos movimentos de contestação dos valores vigentes e impregnados na cultura política da época.

O Feminismo brasileiro, nos anos 1970, organizava-se em torno de reivindicações dos problemas percebidos e vividos no cotidiano de diferentes classes sociais. Era um período de autoritarismo; as atividades feministas tiveram que driblar a censura, ao mesmo tempo em que se alinhavam a associações de base, a grupos políticos de esquerda, a associações progressistas da Igreja. Cynthia Sarti salienta:

Os grupos feministas, tendo a origem social de suas militantes nas camadas médias e intelectualizadas, em sua perspectiva de transformar a sociedade como um todo, atuaram articulados às demandas femininas das organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras (SARTI, 2004: 40).

Nesta militância estava Heloneida Studart. É importante frisar, a partir de sua biografia e participação no Legislativo, que do conjunto do movimento e suas reivindicações estava emergindo um novo sujeito político: as mulheres, as quais, ao buscar a participação política, também lutavam para pôr em evidência as desigualdades de gênero impregnadas na sociedade brasileira.

A revista *Manchete* trazia uma coluna semanal, em duas páginas, intitulada *Leitura Dinâmica*. Os escritos de Heloneida se distribuem no período de 1970 a 1978, época em que fazia parte da redação. Seus textos nesta coluna, embora curtos (a coluna publicava em torno de oito pequenos textos de redatores da revista), traziam denúncias

e críticas: à condição das mulheres; à discriminação e à desigualdade social e salarial; às violências sofridas pelas mulheres; ao consumismo veiculado pelos meios de comunicação que incitavam as mulheres a esperar por um provedor ao invés de as incentivar a outras possibilidades e experiências; ao assassinato de Ângela Diniz e a outros crimes sexistas; ao casamento; aos costumes machistas, dentre outros temas pulsantes no contexto da contracultura e da contestação dos costumes à época. Abordagens da ordem do cotidiano e da atualidade – filmes e livros que tratavam de questões que apontavam para movimentos ou situações que envolviam as mulheres e feminismo – eram feitas pela jornalista, evidenciando sua militância nas reivindicações pela igualdade de direitos.

Numa reportagem sobre o Ano Internacional da Mulher, instituído no dia 18 de dezembro de 1972 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por exemplo, Heloneida relata milênios de história, “contando-se do momento em que o homem começou a marcar as primeiras inscrições na pedra – para que a mulher tivesse, finalmente, a atenção voltada para os seus problemas específicos”, anunciando que a partir deste ano “as mulheres, como qualquer outra categoria oprimida, pretendem dizer vários bastas e proclamar outros tantos vivas (MANCHETE, 18 jan. 1975:26-27). Este e outros textos e reportagens de Heloneida têm teor notadamente político e militante, destacando tanto as ideias de feministas internacionais, como Evelyne Sullerot,¹³ Betty Friedan, dentre outras, quanto temas então polêmicos, como o divórcio, o aborto (lembro que o divórcio foi aprovado no Brasil em 1977, enquanto o aborto continua mobilizando a pauta feminista no Brasil, com usos políticos e conservadores), a homossexualidade, sexo e sexualidade, a pílula anticoncepcional, que expressavam o que estava sendo debatido nas mídias (NECKEL, 2007) e constituíam tema de reflexão nos fóruns feministas. Para exemplificar, cito um excerto em que reivindica a igualdade de direitos civis e de salários, como segue:

A mulher só pode se libertar com o homem e ao lado dele, para juntos organizarem estruturas mais justas nas quais nem seja mais preciso falar de problemas femininos. A mulher do futuro naturalmente não será mais para o homem, mas estará sempre a seu lado, como a igual **dessemelhante**. Igual porque terá os mesmos direitos, as mesmas oportunidades, os mesmos salários e as mesmas esperanças. Dessemelhante porque conservará sua anatomia particular, os seus ciclos fisiológicos, a maternidade, a amamentação. (MANCHETE, 18 jan. 1975: 29 – negrito no original).

Percebo que Heloneida, mesmo sem explicar com profundidade o que seria o que chama de “dessemelhante”, fala de uma dimensão teórica para os estudos feministas pulsantes naquela década. Joan Scott viria enunciar, em 1986, no artigo apresentado com o título *Gender: A useful category of historical analysis* (Gênero: uma categoria útil de análise histórica),¹⁴ no qual mostra que informações sobre mulheres implicam, necessariamente, informações sobre homens, afirmando as conexões entre gênero e poder, portanto, culturais e históricas (SCOTT, 1990). Heloneida tem clareza de que a libertação das mulheres só será plena com igualdade de direitos civis e trabalhistas, mas respeitadas as diferenças; portanto, não separatista. Embora a palavra “dessemelhança” tenha por oposto semelhança e não diferença (o oposto seria indiferença), a narrativa, dados seus argumentos, pode ser entendida nesta direção. Deste modo, percebo as ideias da jornalista alinhadas com o feminismo mais contemporâneo, à frente de seu tempo.

O ano de 1975, por ter sido decretado Ano Internacional da Mulher e início da Década de Mulher, bem como da realização da *I Conferência Mundial da Mulher*, deu visibilidade às lutas pelos direitos das mulheres, bem como à afirmação do Movimento Feminista no Brasil e no mundo. Concluo que, como redatora da revista *Manchete* e responsável por divulgar estes eventos, Heloneida Studart deixou uma escrita feminista dentro do jornalismo, construindo representações que ainda nos tocam. Expressou-se com outros discursos sobre o feminismo, diferentes dos que o ridicularizavam. Num conjunto de vozes, num regime repressivo e censor,

¹³ Evelyne Sullerot é socióloga, membro cofundadora do *Planning Familiar*, na França, e por quinze anos foi membro do Alto Conselho Europeu da População e da Família. É membro da Comissão Francesa Consultiva para os Direitos do Homem. Tem vasta obra sobre o tema.

¹⁴ Este artigo foi publicado no Brasil em duas edições: em 1990 e, posteriormente, em 1995, ambos na revista *Educação e Realidade*, da Faculdade de Educação da UFRGS.

o que significa uma escrita feminista e engajada num semanário que notadamente cortejava o poder vigente? Através dela, a *Manchete* produziu discursos sobre o feminismo, mostrando o que se passava pelo mundo, e o fez num momento em que falar da condição das mulheres e da violência por elas sofridas não era comum na imprensa. Por outro lado, era também uma época de profundas mudanças na sociedade brasileira: período de modernização acelerada, entrada de novos modismos, provindos dos movimentos da contracultura e do consumismo exacerbado, fruto do *American way of life*, que faziam parte da cultura política que evidenciava o pensamento e as ideias de seu tempo, marcando, portanto, memórias sociais e históricas da década de 1970.

Heloneida Studart (1932-2007), jornalista, escritora, política, sindicalista, feminista e mãe, saiu da redação da revista *Manchete* em 1978, eleita com expressiva votação para deputada estadual no Rio de Janeiro, e reeleita em 1982, dando continuidade às lutas feministas na vida parlamentar. Foi membro de comissões especiais relativas aos direitos da mulher e direitos reprodutivos; fez parte da história da Assembleia Constituinte, na qual participou do chamado “*lobby do batom*”, destacando-se por criar leis em benefício das mulheres e trabalhadoras/es. Fez-se porta-voz das minorias, especialmente das mulheres, tantas as angústias por elas vividas que, de diferentes formas, iam buscando se entender como sujeitos; cidadãs que eram, tinham direito a defesa e a leis que minimizassem violências e preconceitos culturalmente arraigados na sociedade brasileira. Deu visibilidade aos paradoxos e ao machismo que imperavam, abrindo portas a debates posteriores; contribuiu para a memória histórica dos estudos feministas no Brasil. Recebeu diversos prêmios e concorreu ao prêmio Nobel da Paz, em reconhecimento à sua luta pelos direitos das mulheres, sendo lembrada e citada como uma das pioneiras do Movimento Feminista no Brasil.

Referências

- ARAÚJO, Caetano. E. P. (Editor). (2008). In: *Revista Política Democrática – Revista de Política e Cultura*. Fundação Astrogildo Pereira. Brasília/DF, pp. 140-145.
- ARENDA, Sílvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. (2009). “Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso”. In: *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun., pp. 201-216.
- BERSTEIN, Serge. (1998). “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 352-353.
- BRASIL, Ubiratan. *O que aconteceu no Brasil virou Manchete*. Disponível em <http://www.carlosheitorcony.com.br/imprensa.aspx?nNOT_Codigo=36>. Acesso em: 1º jun. 2014.
- CHARTIER, Roger. (1990). *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel.
- CUNHA, Cecília. (2008). “Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida”. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./abr. pp. 271-276.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles Duarte. (2006). “Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América”. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1. Florianópolis jan./abr. pp. 287-293.
- _____. (2005). *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- FRIEDAN, Betty. (1971). *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes.
- HOBBSAWM, Eric. (1995). *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-12991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. (2003). “Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira”. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1. Florianópolis, jan./jun. pp. 234-241.

- MAUAD, Ana Maria. (1996). “Através da imagem: fotografia e história interface”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 73-98.
- MELO, João Manoel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Novais. (1998). “Capitalismo tardio e sociedade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 559-658.
- MINELLA, Luzinete Simões; GROSSI, Miriam Pilar (Orgs.). (2003). “Publicações feministas brasileiras: compartilhando experiências”. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1. Florianópolis, jan./jun. pp. 217-223.
- MIRA, Maria Celeste. (2001). *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho D’Água.
- NECKEL, Roselane. (2008). “‘Entra, menino’, ‘Xô galinha’ e ‘Sim, senhor!’: entrevista com Heloneida Studart”. In: *Revistas Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, Florianópolis, jan/abr., pp. 265-269.
- _____. (2007). “A ‘Ciência Sexual’ e os ‘Guias’ do ‘Casal Moderno’”. WOLFF, C. S.; FÁVERI, M.; RAMOS, T. R. O. (Orgs.). In: *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, pp. 239-255.
- PÁDUA, Guesner Duarte. (2013). *Manchete, a cortês do poder*. UNICENTRO. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/artigos/06.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.
- PEDRO, Joana Maria. (2006). “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 52, v. 26. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 mai. 2014.
- _____. (2005). “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. In: *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 77-89.
- ROSADO NUNES, Maria José. (2000). “De mulheres e de deuses”. In: GÓMEZ, Josefa B. (Org.). *Palavras de mulheres: juntando os fios da teologia feminista*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, pp. 5-30.
- SARTI, Cynthia Andersen. (2004). “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, Mai./Ago. pp. 35-50.
- SCOTT, Joan. (1990). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre 16 (2):5-22, jul/dez. pp. 5-22.
- STUDART, Heloneida. (1999). Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense. Entrevistadores Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista47.pdf>>. Acesso em: 29 abr. de 2014.
- _____. (1974). *Mulher: objeto de cama e mesa*. Petrópolis, RJ: Editôra Vozes.
- TRIZOLI, Talita. (2011). “Teorias, estratégias e lugares do discurso feminista na arte brasileira dos anos 60 e 70”. In: *Anais: VII Encontro de História da Arte*, UNICAMP. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2011/Talita%20Trizoli.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.